



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

LEI Nº. 3.335/2018

Institui o "Programa Quita Butiá Jud", dispondo sobre o programa temporário de pagamento incentivado de débitos para com a fazenda pública do município e a concessão temporária de anistia de multa e juros sobre a cobrança de créditos tributários e não-tributários, que estejam cobranças judiciais, e dá outras providências.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa temporário de pagamento incentivado de débitos para com a Fazenda Pública do Município de Butiá, denominado "Quita Butiá Jud", cujo período de validade é de seis meses a partir da vigência desta Lei, concedendo anistia de Multas e Juros de Mora, a contribuintes inadimplentes com a Municipalidade, com o objetivo de recuperar créditos tributários e não-tributários, em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder anistia de 100% na Multa e Juros de Mora para os contribuintes que efetuarem o pagamento de dívidas JUDICIALIZADAS referente a créditos tributários e não-tributários devidos à Fazenda Pública do Município.

Parágrafo único. Terão direito à anistia prevista no artigo 2º os débitos JUDICIALIZADOS, parcelados ou não parcelados, cujas ações executivas tenham sido propostas antes da vigência desta Lei.

Art. 3º - Os débitos relativos a créditos tributários e não tributários que tenham o mesmo devedor em mais de um processo, poderão ser englobados em um único cálculo para efeitos de parcelamento.

§ 1º - O valor do(s) débito(s) apurado(s) pelo setor de tributos da Administração Municipal, poderá ser pago em uma única vez dentro do mesmo mês da apuração, ou de forma **parcelada nos prazos estabelecidos no sistema**, já implementado pela Secretaria da Fazenda Municipal.

§ 2º - Com o pagamento à vista do(s) débito(s), extinguir-se-á o processo.

§ 3º - Se o pagamento for de forma parcelada, o processo será suspenso até o prazo previsto para quitação do débito.



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

Art. 4º - Por ocasião do pagamento do(s) débito(s), ou do parcelamento, o contribuinte que comprovar renda de até 3 (três) salários mínimos, poderá requerer o benefício da justiça gratuita, mediante preenchimento de formulário próprio para esta finalidade, que será encaminhado ao juiz solicitando a concessão do referido benefício.

Parágrafo Único: Não comprovada a renda acima referida, o contribuinte deverá proceder ao pagamento de honorários advocatícios, calculados em 10 % sobre o valor apurado já com dos descontos concedidos, o qual poderá ser incluído no parcelamento, quando a forma de pagamento for por esta modalidade.

Art. 5º - As parcelas que forem descumpridas poderão ser protestadas e o processo retomará seu curso normal.

Art. 6º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com os meios de comunicação local, a divulgação e o chamamento do contribuinte à adesão ao programa.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto particularidades, no que couber, na presente Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de seis meses a partir de sua publicidade.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 05 de junho de 2018.


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 05 de junho de 2018.


MORGANA DE OLIVEIRA FERREIRA
Secretária Municipal de Administração